



1997

## REQUERIMENTO

Nº 1901

Requeiro à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje desta Casa, um voto de aplausos à sanitarista Lia Giraldo, do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, da Fiocruz, pelas oportunas e esclarecedoras informações a respeito do programa de combate à dengue, desenvolvido pelo Ministério da Saúde.

### JUSTIFICATIVA:

A Dra. Lia Giraldo, pesquisadora e sanitarista do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, da Fiocruz, vem a público denunciar o equívoco da orientação adotada pelo Ministério da Saúde no seu programa de combate à dengue. Afirma a pesquisadora que o referido programa é inócuo, perdulário e perigoso. Inócuo porque não concentra a sua intervenção nos verdadeiros criadouros dos mosquitos, permitindo, dessa forma, a contínua reprodução do vetor da doença. Perdulário exatamente porque, na medida em que não estanca a reprodução dos mosquitos, torna-se um saco sem fundo onde os recursos públicos são alocados sem que haja o retorno esperado, que é a efetiva erradicação da doença. E, finalmente, o mais grave: esse inócuo e perdulário programa utiliza um produto, cujo nome comercial é Abate, que é venenoso e, como tal, causa sérios danos à saúde humana. Daí, a sua periculosidade.

Os absurdos cometidos pelo MS, e em boa hora apontados pela sanitarista, vão mais além. Ela denuncia que a quantidade de veneno utilizada na dosagem aplicada em Pernambuco é o dobro da que se utiliza em São Paulo. Ou seja, até que se prove que os mosquitos nordestinos, diferentemente do que ocorre com os humanos dessa nossa região, são mais robustos que os sulistas, o que se deduz é que, além de envenenar a população, o programa também promove uma duplicação nas vendas do Abate em nosso Estado.

Na verdade, essa não é a primeira vez que denúncias desse tipo vêm a público. O próprio Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, através de trabalho liderado pelo Dr. André Furtado, já desenvolveu procedimentos alternativos para o combate ao aedes aegypti, utilizando, como base, o controle biológico da sua reprodução. Nós mesmos já promovemos, dentro do Conselho de Saúde da PCR, um debate sobre a questão. Naquela oportunidade, Dr. Furtado desmontou, um a um, os argumentos dos que pretendiam desqualificar o controle biológico que defendemos. Infelizmente, tanto a nossa iniciativa, quanto os constantes alertas de conceituados sanitaristas, não foram capazes de sensibilizar as autoridades públicas responsáveis pelo assunto. Preferiram continuar aplicando um produto nocivo à saúde humana, ao invés de adotar métodos mais baratos e, comprovadamente, mais eficazes para enfrentar o problema.



## CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

É difícil tergiversar diante de tantas evidências. O que sobressai nos procedimentos adotados pelo Ministério da Saúde e, de resto, por todas as esferas de poder que adotam o envenenamento como método, é a subordinação à lógica ditada pelos interesses comerciais dos que produzem e vendem os venenos aplicados sobre a população. Prova disso, além do próprio equívoco de não se investir no tratamento biológico defendido por isentos cientistas, é o criminoso ataque de inseticidas nos depósitos de água para consumo humano, locais que efetivamente não concorrem para a reprodução do mosquito. Isso é mais uma demonstração de que não há compromisso algum com a erradicação do vetor. Ao contrário, tudo leva a crer que o que se pretende é a sua reprodução permanente porque é ela quem garante o fluxo, também permanente, de produção e venda dos venenos.

Senhor presidente, senhores vereadores, há um máxima que diz que contra fatos não há argumentos. E o fato é que já faz muito tempo que a dengue está instalada em nosso País, sem que o envenenamento tenha conseguido erradicá-la. Ao contrário, dizem os estudiosos, só faz criar gerações de mosquitos cada vez mais resistentes aos produtos utilizados. Temo, aliás, que em breve estejamos utilizando o agente laranja para combatê-los. Por outro lado, as campanhas publicitárias e as vendas dos inseticidas se eternizam nesse jogo de faz de conta, onde a única saúde que tem saído efetivamente fortalecida é a saúde financeira dos que participam da cadeia de produção e comercialização desses produtos nocivos à saúde humana.

Da aprovação deste, dê-se conhecimento, em seu inteiro teor, à Dra. Lia Giraldo, no Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, ao Dr. Guilherme Robalinho, na Secretaria da Saúde do Município, ao Dr. Gilliat Falbo, na Secretaria da Saúde do Estado, ao Dr. José Lacerda, na Fundação Nacional de Saúde e ao Ministro José Serra, no Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1998

WALDEMAR BORGES  
VEREADOR-PPS